



DATA DA REUNIÃO: QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso do mês de abril findo, conforme listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo I, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor pela subida do Clube Desportivo das Aves à I liga, com a seguinte fundamentação:-----

VOTO DE LOUVOR

(Clube Desportivo das Aves regressa à I Liga 10 anos depois)

O Clube Desportivo das Aves garantiu, a três jornadas do fim do Campeonato da LigaPro, antiga II Liga, a subida ao principal escalão do futebol profissional.

10 anos depois, o Clube Desportivo das Aves está de regresso ao convívio dos “grandes”, num feito que ficará marcado para sempre no “palmarés” desportivo do emblema de Vila das Aves e na memória do concelho de Santo Tirso.

Os 55 golos marcados em 39 jornadas e as 20 vitórias e 12 empates espelham bem o mérito do Clube Desportivo das Aves num Campeonato conhecido pela forte competitividade e equilíbrio entre as 22 equipas participantes.

A promoção do Clube Desportivo das Aves à Liga NOS, antiga I Liga, naquela que é a quarta participação no Campeonato primodivisionário, é motivo de alegria e orgulho para o concelho de Santo Tirso e para a freguesia de Vila das Aves, como, aliás, ficou bem patente no entusiasmo com que jogadores, treinadores e dirigentes foram recebidos no estádio no regresso do jogo na Madeira.

Consciente da importância do Clube Desportivo das Aves para a promoção do concelho de Santo Tirso e para a promoção da prática desportiva, a Câmara Municipal não podia deixar de se associar aos festejos da subida que, no passado domingo à noite, tiveram o seu ponto alto com a receção da equipa no estádio e no aeroporto Francisco Sá Carneiro, apoiando logística e materialmente a festa em nome dos obreiros da subida de divisão.

Consumado o grande objetivo desportivo estabelecido no início da época 2016/2017, a subida de divisão, feito que a Câmara Municipal saúda, felicitando, por

isso, não apenas jogadores, treinadores e dirigentes, mas também a população da freguesia de Vila das Aves, o executivo municipal faz votos para que o Clube Desportivo das Aves alcance a proeza de se sagrar campeão da antiga II Liga.

O louvor público da Câmara Municipal ao esforço e dedicação de jogadores, treinadores e dirigentes é inteiramente justo pelos resultados alcançados, mas também pelo importante papel que o regresso do clube ao principal Campeonato português terá na promoção do concelho de Santo Tirso e no desenvolvimento da prática desportiva entre os mais jovens.

Consciente da importância do Clube Desportivo das Aves para o desenvolvimento da prática desportiva no concelho de Santo Tirso, o executivo municipal vai trazer a uma próxima reunião de Câmara uma proposta que aumenta para 120 mil euros o apoio, no âmbito do contrato-programa, a um dos clubes mais representativos do Município.

Do voto de louvor será dado conhecimento ao Clube Desportivo das Aves, à Assembleia Municipal, à Junta de Freguesia de Vila das Aves e à Liga Portugal.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 4 de maio de 2017

c) A câmara deliberou, também por unanimidade aprovar um voto de louvor ao atleta Carlos André Mesquita Lobo, utente da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, com a seguinte fundamentação:-----

VOTO DE LOUVOR

(Utente da CAID sagra-se vice-campeão mundial de futsal adaptado)

Carlos André Mesquita Lobo, utente da CAID-Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, sagrou-se vice-campeão mundial de futsal adaptado para jogadores com Síndrome de Down, no Campeonato do Mundo realizado, entre 8 e 15 de abril, em Viseu.

A Câmara Municipal saúda o atleta da CAID e a Seleção Nacional que fez história ao garantir o segundo lugar no pódio do primeiro Mundial de futsal adaptado para jogadores com Síndrome de Down.

O feito de Carlos André Mesquita Lobo e da Seleção Nacional é tanto mais merecedor de louvor quanto foi conquistado em circunstâncias de relativa desigualdade com outras equipas que participaram no Campeonato do Mundo, uma vez que, ao contrário de outras seleções, Portugal teve apenas quatro meses de preparação da competição.

A participação do utente da CAID no Mundial valeu-lhe ainda um tão justo quanto honroso título de segundo melhor guarda-redes do mundo de futsal adaptado, cuja conquista foi reconhecida publicamente pela Imprensa que cobriu a competição na cidade de Viseu, ao destacar as defesas do guardião das "Quinas" como uma mais-valia para a Seleção Portuguesa.

São exemplos como os de Carlos André Mesquita Lobo, entre muitos outros, que dão sentido ao projeto de integração das pessoas com deficiência desenvolvido pela CAID, a quem a Câmara Municipal estende o voto de louvor, pelo trabalho e dedicação com mais de 20 anos posto ao serviço de uma causa nobre.

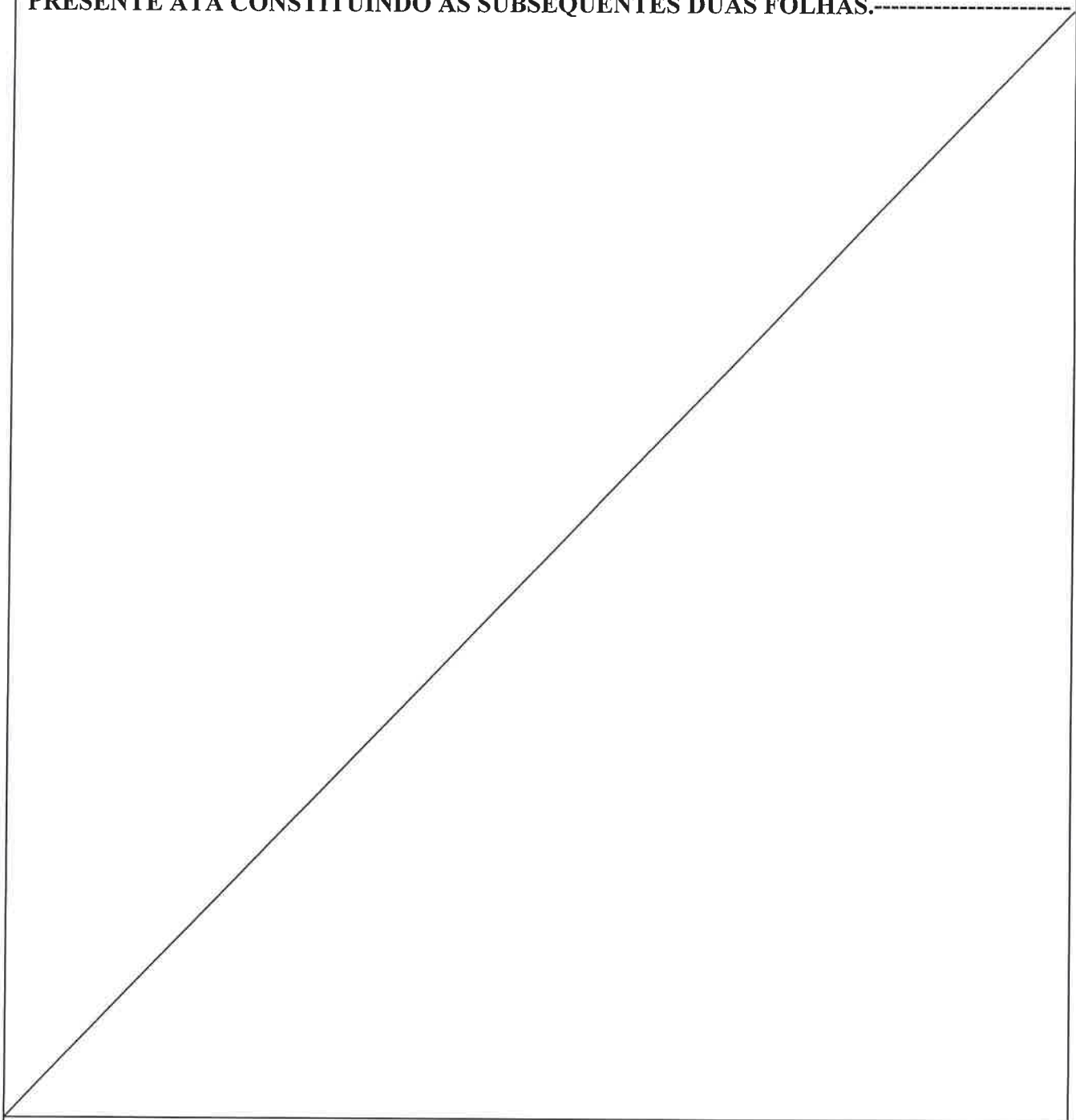
Do voto de louvor será dado conhecimento a Carlos André Mesquita Lobo, à Assembleia Municipal, à Junta de Freguesia de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, à Junta de Freguesia de Vila das Aves, à CAID, à Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual e à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 5 de maio de 2017



LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 859 267

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/MAIO/2017 – ATA Nº 09

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 20/04/2017
- 2 – Alteração da denominação do Cartão Jovem Municipal para Cartão “Santo Tirso Jovem”: Ratificação de despacho do presidente
- 3 – Abertura de procedimento concursal para celebração de contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública: Pedido de autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais: Ratificação de despacho do presidente
- 4 – Dia Municipal do Bombeiro: Proposta de atribuição de Medalhas
- 5 – XXIV Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2017 – Adenda ao Protocolo celebrado com a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave em 28/12/2000
- 6 – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e a Universidade do Porto, no âmbito do projeto “Universidade Júnior de Verão / 2017”
- 7 – Aquisição de parcela de terreno adicional necessária à execução da obra denominada “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar”
- 8 – Proposta de delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para execução da obra de “Beneficiação / Construção de infraestruturas de drenagem de águas pluviais no recinto da EB 1 de Areias”
- 9 – Proposta de atribuição de subsidio anual à Associação de Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e Associação de Bombeiros Voluntários de Vila das Aves
- 10 – Proposta de delegação de competências na freguesia de Roriz, para execução de obras de “Beneficiação no Centro Escolar da Costa e Escola da Ribeira – Roriz”



SANTO TIRSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 859 267

10



- 11 - Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo
- 12 - Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa de Sequeirô
- 13 - Requerimento da sociedade Imerca – Imobiliária Lda: Reconhecimento do interesse público municipal de ocupação de espaço público para efeitos de redução/isenção de taxas

Santo Tirso, 28 de abril de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20/04/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte de abril findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.-----

Não participou na discussão e votação da ata da última reunião o senhor vereador Dr. Carlos Alberto Lopes Pacheco, em virtude de não ter estado presente na respetiva reunião.-----



2. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO CARTÃO JOVEM MUNICIPAL PARA CARTÃO “SANTO TIRSO JOVEM”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente informação de vinte de abril findo, do Departamento de Coesão Social, registada com o número três mil seiscientos e dez, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a propor a alteração da designação do cartão acima referido para Cartão “Santo Tirso Jovem”.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e quatro do mesmo mês de abril, que propôs à assembleia municipal a alteração da denominação do Cartão Jovem Municipal para Cartão “Santo Tirso Jovem”, o que veio a ser aprovado por deliberação da assembleia municipal de vinte e oito de abril findo.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----

No respetivo Regulamento deverão proceder-se às correções materiais necessárias.-----



3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente informação conjunta do departamento administrativo e financeiro e da divisão de projetos e empreitadas, sobre o assunto acima referido, registada com o número três mil oitocentos e vinte, a propor que previamente à decisão de abertura do procedimento e de aprovação das respetivas peças, seja solicitada autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais, cuja repartição de encargos pelos anos de vigência do contrato é a que consta do documento anexo àquela informação.

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e quatro de abril findo, que propôs à assembleia municipal a aprovação da repartição de encargos e autorização da assunção de compromissos plurianuais no período de vigência do contrato de gestão de eficiência energética a celebrar, nos termos da estimativa que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.

A câmara municipal, deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a declaração de voto que consta de folhas quinze e dezasseis.

ANEXO

Contrato de Gestão da Eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública ao abrigo do D.L. n.º 29/2011, de 28 de Fevereiro

Para se obterem resultados quanto à poupança estimada com a intervenção de substituição das luminárias convencionais por equipamentos LED, começa-se por apresentar os pressupostos considerados para este efeito:

- Duração do Contrato (prazo máximo): **12 anos**, com início a 1 de Outubro de 2017;
- O levantamento da rede de Iluminação Pública, considera que existem 17.317 luminárias actualmente, das quais 2.359 unidades já foram substituídas por luminárias LED;
- Estão também em curso diversas intervenções que promovem esta remodelação nos equipamentos de iluminação, pelo que se prevê que o presente contrato abranja um total de **14.000 luminárias**;
- O custo médio da energia consumida foi estimado em **0,1355€/kWh**;
- Em função do levantamento existente, percebe-se que a potência total estimada é de 1.532.630kW, no universo de 17.317 luminárias, obtendo-se um consumo médio por luminária de **88,5W**; assim, para as 14.000 unidades, a potência instalada total é de 1.239.000kW;
- Considera-se o funcionamento da rede de IP durante **3.800 horas por ano** (redução de 300 horas por ano em relação às convencionais 4.100h/ano, em função do horário específico aplicado pelo Município no concelho);
- Estima-se que a poupança obtida possa atingir os **60%**.

Assim, apresenta-se de seguida tabela com a poupança que se prevê obter com esta intervenção:

Estimativa de Redução de Custos com a IP		
Ano	Valor sem IVA	Valor com IVA
2017 (a partir de 1 de Outubro)	95.694 €	117.704 €
2018	382.777 €	470.815 €
2019	382.777 €	470.815 €
2020	382.777 €	470.815 €
2021	382.777 €	470.815 €
2022	382.777 €	470.815 €
2023	382.777 €	470.815 €
2024	382.777 €	470.815 €
2025	382.777 €	470.815 €
2026	382.777 €	470.815 €
2027	382.777 €	470.815 €
2028	382.777 €	470.815 €
2029 (até 30 de Setembro)	287.082 €	353.111 €
Total	4.593.320 €	5.649.784 €

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Município vai substituir todas as luminárias convencionais por tecnologia LED)



O processo que o Município está a desenvolver com vista à gestão da rede de iluminação pública em todo o concelho vai colocar Santo Tirso na linha da frente dos Municípios portugueses em matéria de preocupação com a eficiência energética.

De facto, o programa que prevê substituir as cerca de 14 mil luminárias existentes no concelho por tecnologia LED, de um total de cerca de 17 mil luminárias, aponta para uma redução da fatura energética municipal com a iluminação pública e ainda para a redução dos efeitos de estufa provocados pela emissão de dióxido de carbono.

Em 2016, o executivo municipal já havia dado sinais claros de que estava a adotar medidas amigas do ambiente e a fazer um esforço no sentido de baixar a fatura energética municipal, com a substituição de 2400 luminárias com lâmpadas convencionais por tecnologia LED, o que implicou uma poupança de cerca de 190 mil euros/ano.

Cerca de um ano depois, está aberto o concurso para substituir todas as luminárias existentes por tecnologia LED e estabelecer uma parceria tecnológica sem qualquer investimento municipal.

Uma das mais-valias da parceria prende-se com o facto de o investimento a fazer na substituição das luminárias convencionais ser integralmente suportado pelo vencedor do concurso, no âmbito do contrato, que pode ter a duração máxima de 12 anos, ao longo dos quais a empresa recuperará o investimento inicial por via da redução, estimada em mais de 60 por cento, dos consumos energéticos.

Trata-se, portanto, de um investimento inteligente, rentável e sustentável para o Município de Santo Tirso, por várias razões:

1. Contribui para a redução da "pegada de carbono";
2. Melhora a segurança de pessoas e bens, porque também melhora a qualidade da iluminação pública;
3. Diminui a fatura energética municipal;
4. E ainda permite amortizar o investimento feito pelo vencedor do concurso, no âmbito do contrato de gestão do sistema de iluminação pública do Município.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a ratificação do despacho do presidente da câmara de 24 de abril findo, que solicitou autorização à assembleia municipal para a aprovação da assunção de compromissos plurianuais decorrentes da celebração de um contrato de gestão de eficiência energética no sistema de iluminação pública do Município.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 4 de maio de 2017



4. DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respetivas associações, deve ser objeto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;-----

Considerando o disposto no n.º 9 do artigo 4º do Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros do Município de Santo Tirso e as propostas apresentadas à câmara municipal pelas Direções das respetivas associações;-----

Considerando a fundamentação constante da informação dos Serviços de Proteção Civil, de vinte e sete de abril findo, registada com o número três mil setecentos e quarenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir as seguintes medalhas:-----

A) MEDALHA DE SERVIÇOS DISTINTOS:-----

- Almerindo Varela Carneiro, bombeiro de 2ª classe da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, com quarenta e oito anos no ativo, exercendo as funções com grande dedicação e assiduidade exemplar, possuindo formação específica em Técnicas de Salvamento e Desencarceramento e Técnicas de Socorrismo.-----

B) MEDALHAS DE MÉRITO E DEDICAÇÃO:-----

GRAU PRATA (25 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES:-----

-António José Pinheiro Guimarães, ex-diretor da referida Associação, pela dedicação, voluntarismo e consideração permanente com a associação, durante mais de vinte e cinco anos.-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS



VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES:-----

- Sérgio David Bessa Vilaça – Bombeiro de 2ª – quadro de honra;-----

- João Paulo Martins Moura – Bombeiro de 1ª – quadro de honra;-----

- José Maria Silva Cunha – Bombeiro de 1ª – Quadro de honra.-----

GRAU BRONZE (15 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS

VOLUNTÁRIOS TIRSENSES:-----

- José Maria Dias – Diretor da Associação pela dedicação, voluntarismo e consideração permanente para com a associação, desde dois mil até à data;-----

- José Manuel Sousa Moreira – Bombeiro de 3ª.-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS

VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES:-----

- Ana Paula Rios Vieira – Bombeiro de 3ª.-----

A câmara deliberou por unanimidade, atribuir as medalhas acima referidas.-----



5. XXIV EDIÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO/2017 – ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A ARTAVE – ESCOLA PROFISSIONAL ARTÍSTICA DO VALE DO AVE EM 28/12/2000.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Na alínea c) da cláusula terceira do protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, aprovado em reunião da câmara municipal de vinte e oito de dezembro de dois mil, ficou prevista a possibilidade de o Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso se organizar em parceria com aquela Escola;-----

As condições dessa parceria seriam estabelecidas, anualmente, por despacho do presidente da câmara municipal.-----

Considerando que o aludido protocolo foi aprovado pelo órgão executivo, e que o evento em causa acarreta custos financeiros para o município, submete-se à aprovação da câmara municipal a minuta de Adenda ao Protocolo atrás referido, que estabelece os termos da organização do XXIV Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2017, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por oito folhas.-----

O orçamento para o ano em curso daquele evento é de 49.520,00 € (quarenta e nove mil quinhentos e vinte euros), comparticipado pelo município de Santo Tirso com a quantia de 39.000,00 € (trinta e nove mil euros), despesa que tem cabimento orçamental na rubrica com a classificação económica 02022009, conforme proposta de cabimento 1200/2017.-----

De harmonia com o previsto no n.º 2 da cláusula sexta, as receitas de bilheteira dos espetáculos e dos cursos revertem a favor da ARTAVE, obrigando-se esta a disponibilizar ao município 20% (vinte por cento) dos totais dos bilhetes relativamente à lotação de cada uma das salas onde se realizem os eventos.-----

O compromisso assumido pelo município com o pagamento daquela importância, a efetuar diretamente à ARTEMAVE – Associação das Artes e Música do Vale do Ave, conforme está



previsto no n.º 1 da cláusula sexta da dita Adenda, está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número de compromisso 2016/2017, de vinte e sete de abril findo.-----

A câmara municipal deliberou aprovar a Adenda ao aludido Protocolo, que estabelece os termos da organização da XXIV edição Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.-----



4

6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIVERSIDADE DO PORTO, NO ÂMBITO DO PROJETO “UNIVERSIDADE JÚNIOR DE VERÃO / 2017”.-----

Presente comunicação de doze de dezembro último, da Universidade do Porto, registada com o número vinte e seis mil seiscientos e oitenta e nove, a propor que o município de Santo Tirso mantenha a parceria com aquela Universidade, relativamente à 13ª edição da Universidade Júnior, que decorrerá de três a vinte e oito de julho de dois mil e dezassete.-----

O assunto vem informado favoravelmente pela Divisão de Educação, conforme informação de vinte de abril findo, registada com o número três mil quinhentos e oitenta e quatro, que propõe a celebração de um Protocolo com a Universidade do Porto, nos termos da minuta de Protocolo que fica anexa à presente ata e dela faz parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por três folhas, rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar com a Universidade do Porto um protocolo de colaboração de apoio ao projeto “Universidade Júnior de Verão”, nas condições constantes da aludida minuta.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do aludido Protocolo.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten number 7]

7. AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO ADICIONAL NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “VIA PANORÂMICA E REQUALIFICAÇÃO DA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR”.-----

Presente informação de vinte e oito de abril findo, da Divisão de Planeamento Estratégico, a informar que para execução da obra denominada “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar” mostra-se necessária uma parcela de terreno com a área total de 9.091 m² (nove mil e noventa e um metros quadrados) e não 8.925 m² (oito mil novecentos e vinte e cinco metros quadrados) conforme consta do contrato-promessa de doação celebrado entre o município de Santo Tirso e a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia no dia nove de julho de dois mil e três, em execução da deliberação da câmara municipal de quinze de novembro de dois mil e um.-----

Por ofício de onze de abril findo, registado com o número nove mil trezentos e oitenta e dois, a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia comunicou aceitar doar ao município a parcela de terreno pretendida.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

O projeto da obra acima referida foi aprovado por deliberação da câmara municipal de nove de março findo;-----

No decurso da elaboração daquele projeto concluiu-se que a área necessária para a sua execução é de 9.091 m² (nove mil e noventa e um metros quadrados);-----

A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia, por deliberação da respetiva assembleia geral de vinte e sete de março último, decidiu doar ao município a totalidade do terreno pretendido e necessário;-----

Face ao exposto, na sequência das negociações efetuadas com a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, nomeadamente o contrato-promessa de doação celebrado em nove de julho de dois mil e três e o referido ofício, proponho que a câmara municipal de Santo Tirso delibere aceitar a cedência ao domínio público municipal da parcela de terreno a seguir descrita, para



execução da obra denominada “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar”, propriedade da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia:-----

- Parcela de terreno com a área de 9.091 m² (nove mil e noventa e um metros quadrados), sita na Quinta de Fora (Escola Agrícola Conde S. Bento), na cidade e concelho de Santo Tirso, a desanexar na totalidade da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 3062 (três mil e sessenta e dois) e atualmente na matriz predial rústica da freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães sob o artigo 756 (setecentos e cinquenta e seis) que veio do anterior artigo 182 (cento e oitenta e dois) e este do artigo 1397 (mil trezentos e noventa e sete), da extinta matriz, destinada à execução do troço da via panorâmica prevista no Plano de Urbanização das Margens do Rio Ave entre a Avenida Soeiro Mendes da Maia e a Rua Dr. Oliveira Salazar, a que as partes atribuem o valor de 112.492,00 € (cento e doze mil quatrocentos e noventa e dois euros).-----

A referida parcela de terreno está delimitada na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante (anexo IV), com as seguintes confrontações: norte com a Rua Dr. Oliveira Salazar, de sul com a Avenida Soeiro Mendes da Maia, de nascente com a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso e de poente com a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Rua Dr. Oliveira Salazar e Mário das Neves Corticeiro.-----

A aquisição da parcela de terreno em causa é feita pela via do direito privado, de harmonia com o previsto no artigo 11º do Código das Expropriações, pelo que da aquisição da parcela de terreno descrita não resulta fracionamento proibido do prédio.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÃO, LAMA E PALMEIRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO RECINTO DA EB 1 DE AREIAS”.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e sete de abril findo, registada com o número três mil setecentos e onze, a remeter projeto para obras de beneficiação / construção de infraestruturas de drenagem de águas pluviais na envolvente ao edifício escolar de Areias, cuja estimativa orçamental é de 20.460,00 € (vinte mil quatrocentos e sessenta euros), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1394/2017;-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução

orçamental, com o número 2090/2017, de quatro do corrente mês de maio;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere delegar a competência para execução da obra acima referida na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por nove folhas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ANUAL À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO E ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES.-----

Presente informação de vinte e oito de abril findo, dos serviços de Proteção Civil, registada com o número três mil oitocentos e trinta e três, a sugerir a atribuição de um subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Santo Tirso e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, com a fundamentação constante da mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que o município lhes conceda o apoio adequado a dotá-las dos meios indispensáveis à prossecução dos objetivos altruístas para que foram criadas;-----

Considerando a escassez de receitas disponíveis nos orçamentos anuais daquelas associações para fazer face às necessidades das mesmas em dotar os seus corpos de bombeiros de eficazes meios operacionais;-----

Considerando que os municípios têm atribuições no âmbito da Proteção Civil (cfr. artigo 23º, nº 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);-----

Considerando que por deliberação da câmara municipal de vinte e três de fevereiro último (item dezanove da respetiva ata) foi já atribuído um subsídio no montante de 23.000,00 € (vinte e três mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses;-----

Proponho que a câmara municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, e ao abrigo da sua competência para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (alínea o) do nº1 do artigo 33º da mesma lei), delibere atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves um subsídio anual no montante de



A

4

23.000,00 € (vinte e três mil euros), a cada uma das Associações.-----

A respetiva despesa será satisfeita pelas rubricas orçamentais com a seguinte classificação: classificação orgânica; 02; classificação económica 040701 e 080701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 508/2017.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com os números 1215/2017 e 1216/2017, ambos de oito de fevereiro último.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram a favor da proposta da maioria socialista, no entanto hoje, como no passado, defendem que os Bombeiros merecem e precisam que este valor se situe na ordem dos 50.000,00 €/ano. Lamentamos uma vez mais, que a maioria socialista, não tenha acolhido, como se justificava, as propostas que sobre esta matéria temos produzido”.-----



10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RORIZ, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE “BENEFICIAÇÃO NO CENTRO ESCOLAR DA COSTA E ESCOLA DA RIBEIRA – RORIZ” – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e seis de abril findo, registada com o número três mil setecentos e nove, a submeter à aprovação da câmara municipal a minuta de contrato de delegação de competências do município na freguesia de Roriz para a execução da obra acima identificada, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VI da mesma, constituído por nove folhas.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as obras a executar no Centro Escolar da Costa e Escola da Ribeira, são essenciais para melhorar as condições de funcionamento dos referidos estabelecimentos de ensino;-----

Considerando que os trabalhos a realizar constam do mapa de trabalhos anexo à aludida minuta de contrato de delegação de competências, cuja estimativa orçamental é de 21.450,00 € (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta euros), mais IVA;-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1391/2017;-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2089/2017, de quatro do corrente mês de maio;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a minuta do aludido Contrato, e solicitar autorização à assembleia municipal para a respetiva celebração.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO COLUMBÓFILO DE SÃO MARTINHO DO CAMPO.-----

Presente ofício de vinte e nove de novembro último, do Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo, registado com o número vinte e seis mil quatrocentos e setenta e sete, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia vinte de abril findo, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezanove de abril findo, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto, de treze de abril, registada com o número três mil quatrocentos e trinta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 12.810,00 € (doze mil oitocentos e dez euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,

constituindo o anexo VII da mesma, composto por onze folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1292/2017.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2013/2017, de vinte e quatro de abril findo.-----

Considerando que a comparticipação financeira atribuída pelo município se destina, em parte, a financiar projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos (obras de recuperação e beneficiação do edifício sede da associação), em anexo ao contrato a celebrar deve constar a planta da respetiva localização e as descrições técnicas necessárias à sua apreciação, sendo que o pagamento da comparticipação correspondente apenas poderá ser feito depois do Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo apresentar documentos comprovativos da sua execução.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SEQUEIRÔ – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE.-----

Presente ofício de vinte e oito de setembro último, da Associação Recreativa de Sequeirô, registado com o número vinte e cinco mil duzentos e oitenta e sete, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Recreativa de Sequeirô tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia dezoito de abril findo, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezoito de abril findo, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto, de treze de abril findo, registada com o número três mil quatrocentos e trinta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 8.900,00 € (oito mil e novecentos euros) para a realização das obras previstas no referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente



A

7

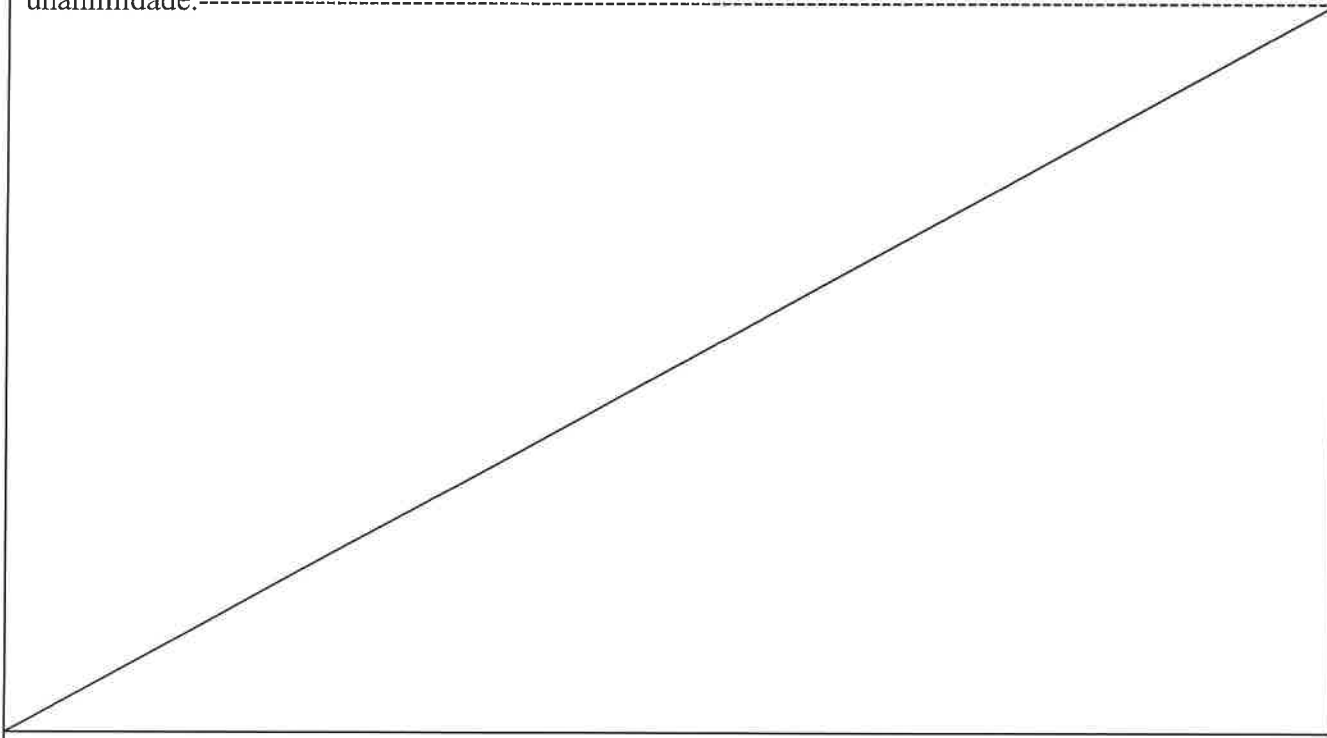
da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1289/2017.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2012/2017, de vinte e quatro de abril findo.-----

Considerando que a comparticipação financeira atribuída pelo município se destina, a financiar projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos (obras de recuperação e beneficiação do edifício sede da associação), em anexo ao contrato a celebrar deve constar a planta da respetiva localização e as descrições técnicas necessárias à sua apreciação, sendo que o pagamento da comparticipação correspondente apenas poderá ser feito depois da Associação Recreativa de Sequeirô apresentar documentos comprovativos da sua execução.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





13. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE IMERCA – IMOBILIÁRIA LDA: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO RESPEITANTE AO PROCESSO 130/17 PARA EFEITOS DE REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS.-----

Presente requerimento da sociedade IMERCA – Imobiliária Lda., de vinte e sete de abril findo, registado com o número dez mil duzentos e cinquenta a requerer o reconhecimento do especial interesse social e económico para o município da operação relativa à reabilitação do prédio inacabado sito no gaveto da Praça Camilo Castelo Branco, para efeitos de isenção de taxas devidas pela ocupação da via pública, que se torna necessária para aquela operação urbanística.-----

O senhor presidente propôs, ao abrigo do artigo 15º, n.º 2 alínea f) do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras Receitas Municipais, e com a fundamentação constante da proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse social, urbanístico, ambiental e económico da ocupação de espaço público em causa, que é condição essencial à operação urbanística de reabilitação do referido prédio, para efeitos de isenção do pagamento das respetivas taxas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





PROPOSTA

Por requerimento apresentado em 04/04/2017, pela sociedade comercial “IMERCA – Imobiliária, Lda.”, registado nesta câmara municipal com o nº 8522, veio a ser requerida a emissão de licença de ocupação de espaço público, numa área de 113,5m², para colocação de tapumes, andaimes e redes de proteção, na Rua Nuno Álvares Pereira e Rua Infante D. Henrique, na cidade de Santo Tirso.

Pretende-se com esta intervenção proceder às operações de limpeza, demolição e consolidação da estrutura do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 840/19881118, o qual se encontra devoluto há cerca de três décadas.

As referidas operações inserem-se no âmbito do projeto de reabilitação do referido edifício, junto à Central de Camionagem e na área de acesso principal à cidade de Santo Tirso.

O aludido prédio, nas condições em que atualmente se encontra, constitui um foco de insalubridade pública, por propiciar o aparecimento de bichos bem como a prática da delinquência, além de constituir um risco para a segurança rodoviária, face à eventual derrocada de elementos estruturais da construção, e um risco para a segurança das edificações confinantes.

O referido pedido foi autorizado por despacho de 2017-04-07.

Pelo requerimento registado com o nº 10250, apresentado em 2017-04-27, veio a interessada a solicitar a isenção do pagamento das taxas relativas ao referido pedido, no montante de 13.507,20€.

Esta autarquia tem vindo, ao longo destes anos, a mediar, junto dos proprietários e dos potenciais investidores, o processo de reabilitação do edifício no sentido da salvaguarda do interesse público quer no que concerne à resolução das questões de insalubridade pública e segurança rodoviária já identificadas quer no que respeita ao impacto ambiental e urbanístico no principal acesso à cidade de Santo Tirso.



No sentido de dignificar este espaço central da cidade e melhorar este acesso à cidade, o município de Santo Tirso está a proceder à realização de obras de requalificação urbana da Praça Camilo Castelo Branco e arruamentos envolventes, no âmbito da constituição da Área de Reabilitação Urbana de Santo Tirso (ARU), onde se insere o edifício em causa.

Nestes termos, só faz sentido a requalificação destes espaços com a reabilitação deste edifício, o qual vem a dar resposta às políticas de regeneração urbana que o município de Santo Tirso se encontra a desenvolver.

A regeneração urbana é hoje um dos eixos mais importantes na recuperação económica do tecido empresarial e na dinamização e atratividade das cidades, cuja concretização só é possível ser alcançada em concertação entre as autarquias e os particulares.

Atendendo aos factos expostos e ainda aos seguintes considerandos:

Considerando os custos que a câmara foi suportando ao longo dos anos, designadamente, com a aquisição de painéis e telas no sentido de minimizar o impacto urbanístico provocado pelo edifício devoluto;

Considerando que, entre a demolição e a recuperação do aludido edifício, impera a segunda opção quer por motivos económicos e sociais, nomeadamente no que se refere aos habitantes das edificações confinantes, cujas garagens se localizam no edifício a reabilitar;

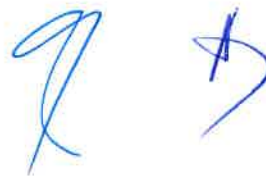
Considerando que a regeneração urbana daquela área central da cidade só estará concluída com a recuperação do edifício;

Considerando que o avanço na recuperação do referido edifício teve por pressuposto a colaboração do município de Santo Tirso;

Considerando que a reabilitação do referido edifício constitui uma mais valia para o concelho, conforme já referido, em termos sociais, urbanísticos, ambientais e económicos;

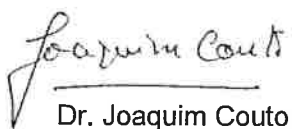


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Proponho que a câmara municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, reconhecer o especial interesse social, urbanístico, ambiental e económico para o concelho de Santo Tirso da intervenção em causa para efeitos da respetiva isenção do pagamento de taxas.

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



4

4

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dezasseis horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e sete folhas e oito documentos anexos (anexo I, relativo ao Período Antes da Ordem do Dia, alínea a); anexo II, relativo ao item cinco; anexo III, relativo ao item seis; anexo IV, relativo ao item sete; anexo V, relativo ao item oito; anexo VI, relativo ao item dez; anexo VII, relativo ao item onze; e anexo VIII, relativo ao item doze), apenas utilizadas no anverso, que eu

Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 18/05/2017, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas noze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Salgado